

OS ARREPENDIDOS DA INDEPENDÊNCIA ARGENTINA (*).

ENRIQUE DE GANDÍA.

da Academia Nacional de la Historia (Buenos Aires).

O desalento e o arrependimento foram as notas mais agudas nos homens que se acharam à frente dos novos destinos da Província Unidas. Pouco antes e pouco depois da declaração da independência, 9 de julho de 1816, não faltavam espíritos que dessem metade de sua vida para voltar aos anos anteriores a 1810. A luta pelo auto-governo trouxera a anarquia, desterros, confiscos, ódios, mortes. Isto viam e compreendiam os políticos fracassados, os que tremiam frente ao anúncio, muitas vezes repetido, da expedição espanhola, os que havia sido expatriados e acreditavam que com sua ruína se desfazia a pátria nascente.

O estudo psicológico dos caracteres de muitos homens daqueles anos não foi empreendido pelos nossos historiadores; porém, alguns desvendaram documentos eloquentes que revelam as confidências, as inquietudes e os verdadeiros sentimentos de personagens que, a miúdo, se apresentam com roupagens distintíssimas. Desde Adolfo Saldías até Emílio Ravignani, uma documentação desconhecida em outros tempos, ou pelo menos, silenciada, revelou verdades que alguns historiadores tinham preferido anular. A história não é defesa nem acusação, é exposição, ressureição, mostra límpida do que aconteceu. Cada leitor julga e, se puder, compreende, a história deve ser compreensão. Por outro lado, as claudicações de alguns realçam os méritos dos que tiveram confiança e coragem, fé em sua obra e em seus ideais e força para continuar lutando e fazer frente à qualquer ataque. O defeito de uns salienta os méritos de outros. Por conseguinte, nada deve ser calado. A exposição da verdade amplia o campo magnífico do passado para sua análise, sua investigação e seu entendimento luminoso.

(*) — Texto espanhol traduzido por Maria Lúcia Galvão Carneiro (Nota da Redação).

so. Por esta razão é que os estudiosos atuais, com critérios superiores, muito diferentes dos antigos que pretendiam escrever história moralizadora, cinicamente enganadora, não o temem em exibir documentos e fatos que se em dúvida deslustram alguma atitude e, simultaneamente enaltecem outras.

A revolução de Fontezuelas, a 3 de abril de 1815, levou ao desterro homens que acreditavam ser donos de seu país. Decepcionados, pobres, temerosos, pensaram que com seu fracasso nenhum de seus ideais sobreviveria. Seu desalento tem sido investigado, com erudição e com arte, por um historiador livre de preconceitos e compromissos, Ricardo Piccirilli. Seu livro *Argentinos no Rio de Janeiro. Diplomacia. Monarquia. Independência* (1), é um espelho fiel de homens e momentos que e poderia meter consequências terríveis no destino da Argentina e que passaram semi-inadvertidos graças à firmeza e à energia dos autênticos construtores de nossa pátria. Os documentos reproduzidos por Ricardo Piccirilli falam com um eloquência única. Eles dirão ao leitor o que raramente tem sido dito.

Em data de 5 de agosto de 1815, o intendente de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes de Viana, apresentou um informe ao príncipe regente de Portugal, D. João, marido da infanta Carlota Joaquina. Começou dizendo que os coroneis e oficiais chegados de Buenos Aires e Montevideo haviam sido considerados traidores pelo novo governo argentino. Estudara-os muito bem e deles dizia, com exatidão, que

"alguns já estavam desenganados e se podem sustentar na revolução que iniciaram, e outros estavam arrependidos".

Todos esperavam a expedição espanhola.

"Esperava-se que e todos lavassem as mãos, unindo-se e àquelas forças e seu general o quisesse, sendo isso considerado um bom serviço ao senhor Fernando VI I que e declarar a perder vasalhos".

Era conveniente, portanto, que esses homens ficassem no Brasil, aguardando a expedição, "para tornar a servi-lo".

Nicolás de Herrera era outro rioplatense que lamentava os acontecimentos desde o 25 de Maio de 1810. Suas confidências, em carta a José Rondeau, há anos publicada na *Comisión de Bernardino Rivadavia ante España y otras potencias de Europa. 1814-1820* (2)

(1). — Buenos Aires, Bleamar, 1969.

(2). — Buenos Aires, 1933-1939. Tomo II.

datada do Rio de Janeiro a 22 de agosto de 1815, e igualmente reproduzida por Piccirilli, diz o seguinte:

"Buenos Aires, o povoado o mais rico e formoso do Rio da Prata, feito um deserto, e seus campos, um teatro de horrores de sangue e desolação: o comércio fechado, o povo miserável, e os diferentes governos independentes que criaram a anarquia, sem recurso algum, nem para sustentar a guerra, nem sua própria existência: de modo que, depois de uma luta sangrenta cerca de seis anos, a pátria encontra-se desolada, sem dinheiro, sem indústrias e sem soldados, sem sossego e sem esperança de poder vencer o risco que a ameaça em todas as partes: considera qual não é minha angústia com o espírito agitado por tão triste reflexões..."

Herrera estava desenganado. Não o acreditava na independência nem na república e pensava que era preciso voltar aos tempos da monarquia. Eis aqui suas palavras:

"E não há salvação para nós a própria pátria? E se perder eternamente o fruto de tantos trabalhos? Não haverá algum remédio para tantos males? Sim, meu amigo: creio que há um recurso e único no conflito de tanta circunstâncias fatais. Não o te assombres por vê-lo escrito por minhas mãos, pois, mesmo tendo sido republicano, e acreditasse que a América devia e podia defender sua independência, deixei de o ser, no momento que conheci a inutilidade de tal fato. É preciso que nos preocupemos com assunto de tanta gravidade..."

Herrera declarava seu pessimismo e sua desolação. Se em cinco anos de guerra não se havia podido chegar a uma situação segura, muito menos podia-se sonhar com um triunfo definitivo com uma expedição espanhola próxima a chegar ao Rio da Prata e com o apêlo terminante e valiosíssimo dado a Espanha por nada menos que a Grã-Bretanha e Portugal. Era uma loucura continuar combatendo. A razão e fatos pavorosos o obrigava a assim compreender.

"Se o Rio da Prata não tinha podido, em mais de cinco anos de guerra, avançar e em suas empresas, com grandes recursos, com um governo central que dirigia a massa do povo, e sem inimigos poderosos, que m'poderia imaginar que pudesse realizar seus projetos agora que o estado está sem fundos, o povo dividido, a capital separada e m'partidos, as famílias ressentidas, os cidadãos

pobres e todas as províncias em complet anarquia ? Agora que é preciso consumir a força armada nas empresas da guerra civil ; agora que a Espanha livre de atenções ampliatodos os seus recursos para enviar expedições às nossas costas , bloquear o rio e despojar o governo atédostristes proventos que lhe deixa o seu comércio agonizante ? Agora que a Inglaterra acabou de oferecer à Espanha , por tratado solene , concurso ativo para trazer as províncias dissidentes à obediência de seu legítimo Soberano ? Agora que Portugal estreitando suas relações com o rei novo enlacenafamília , tem um interesse grandena pacificaçãodeste continente ? E , senãoháesperança de vencer , que utilidade tem a continuação da guerra ? Será justo abandonar a sorte de nosso país às contingências e ao desespero ? ”

Com efeito: não era justo viver no desespero. Somente as siglas, a paz, o comércio, as indústrias, podia m levar à idade da emancipação. Os povos, então, constituir-se-iam em nação independente pela marcha mesma da natureza. Não adiantava alucinações. A América não podia governar-se por si mesma. Faltava-lhe idade e amadurecimento

"e jamais ficará tranquila se não tiver à sua frente uma pessoa que se imponha a o povo pela magestade do trono".

A partir de 1810 todos os governos haviam desaparecido

"antes de um ano de sua instituição porque o povo não podia permitir que um igual o dominasse muito tempo como monarca".

Enquanto os cidadãos pudesse m aspirar à magistratura máxima, haveria revoluções. A ambição sempre levantar-se-ia contra as autoridades constituídas. Herrer a falava a Rondeau com plena confiança. Se queriam, se necessitavam a paz,

"não havia outro recurso que uma reconciliação com o rei . Reconheço que a multidão fará oposição , porem , o povo sempre segue, neste s casos , o impulso da força armada" .

O leitor alheio a estes segredos, tanto de outro país como de outra época, dos tempos felizes em que todos os personagens de nossa história eram heróis a cavalo ou doutores com um livro na mão, poderá dizer, com razão, que esta é uma história de traidores. Na verdade é, sem discussões, digam o que quiserem os cultores virginais ou

cínicos da grandeza moral dos proceres. Nicolás Herrera, depois de refletir sobre a inutilidade da luta pela liberdade e dos sofrimentos até então passados, fazia a Rondeau uma bela proposta, a seu juízo muito patriótica: o induzia a cometer algo que qualquer código militar castigava, sem vacilar, com fuzilamento imediato.

"Tu — diz — te encontras, por sorte, na situação mais feliz para dar este passo que o bem da nossa pátria reclama com urgência. Tu — continuava o intrépido Herrera — podes capitular com Pezuela sob condições honrosas e de justiça, ou a o menos incitar o governo de Buenos Aires, com o chefe supremo que era das províncias, para que negociem uma composição com o ministro espanhol que lá se encontra com plenitude e pode-res e cujo caráter benéfico e generoso nos prometeu e tratado muito vantajoso".

Herrera tentava converter Rondeau e outro traidor. Tinha a esperança que o governo de Buenos Aires também atraísse e todos os ideais até então sustentados. Para convence-lo para que Rondeau atraísse para a grande traição a outros políticos enumerava as promessas que lhe fizera o ministro espanhol e o que esperava que sucedesse ao entregarem-se à clemência de Fernando VII:

"Não hesites, Pepe, num negócio em que todos os momentos contam, não duvides do cumprimento fiel do que se estipula, porque o rei e a nação têm como fim positivo ganhar o coração dos povos ultramarinos com atos de generosidade e clemência. Tu me conheces e sabes que não sou capaz de nada que seja contra a pátria e seus interesses. Tu serás um general da nação; todos os oficiais do exército conservarão suas patentes, respeitar-se-á todas as propriedades e empregos; as famílias tornarão a seus lares sem que jamais se lhes peça contas do passado, e talvez o rei consinta na liberdade mercantil...".

Era necessário entregar-se, render-se, apenas com a esperança do perdão e de uma possível liberdade mercantil. A escola de Carlos de Alvear fazia caminho. Era, simplesmente, a história das traições que avançava. O comodoro Bowles, como recorda Piccirilli, conhecia muito bem o caminho patriótico de Alvear e já em 26 de janeiro de 1815 havia informado ao secretário do almirantado que Alvear desenganara-se de seus sonhos de liberdade e independência e que era absolutamente necessário a intervenção de um protetor forte para livrar o país da guerra civil e da miséria. Devia-se a ele a missão de Manuel de Sarratea para a Europa para que se voltasse e de algum modo à monar-

quia e a o govern o espanhol . Alvea r procurav a garanti a para su a se -
gurança pessoal . O destin o d a naçã o pouc o o interessava . Afortuna -
damente, na pátria havia outros homens: San Martín, Pueyrredón, Bel -
grano, que estimularam os homens de Tucumán a declarar a indepen -
dência das Províncias Unidas da América do Sul a 9 de julho de 1816 .
Enquanto uns argentino s declaravam a o mund o a independênci a d e
todo o continent e hispano , outro s argentino s pediam insistentement e
no Rio de Janeiro ao governo português e ao governo inglês que inva -
dissem as províncias do Rio da Prata

"a fim de tomar posse dela se de apaziguar a desordem que
se supõe e lá existir" .

O norte-americano o Guíllerm o Pi o White , o mesm o que revelou ,
indignado, que Marti n de Alzaga fora o polític o que fez cair o go -
verno do últim o vice-re i Baltasar Hidalgo de Cisneros , e m maio de
1810, prestara-se a solicitar a o General Beresford , tristement e célebr e
na primeir a invasã o inglesa , que voltasse a Bueno s Aire s para con -
quistar a cidade, pois era o homem que tinha um

"conhecimento prático do país e de sua defesa" .

Beresford podia comandar, tranquilamente, as forças portuguesas .
Tudo isto lhe fora revelado pelo periódico *O Censor*, a primeir o de
agosto de 1816 . Manuel Jos é García queria explicar a Pueyrredó n
que o documento revelado pelo *O Censor* e assinado por Miguel de
Irigoyen e Francisco Antôni o de Escalada , na realidade , havi a sid o
escrito por Peña, pelo doutor Vidal e um tal Palacios,

"promovendo o interesse da princesa Carlota" .

As afirmações de García não convenciam aos críticos sensatos .
A única coisa certa, como diz Piccirilli, é que os portugueses invadiram
o lado oriental

"sem importar-lhes nem pouco nem muito a situação da Es -
panha com o aliada , nem os compromissos contraídos com as
Províncias Unidas do Rio da Prata" .

A traição der a seus frutos .

E os traidores eram muitos . A í estava Carlos de Alvear , com
suas incríveis propostas ao regente de Portugal ,

"para que aceitasse e se rendesse a soberania daquelas províncias",

como dizia o intendente de polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes de Viana, e ao rei de Espanha, jogando-se ao solo. E, junto a ele, o incrível Manuel José García, o qual, segundo o mesmo intendente de polícia, aconselhava a seus amigos portugueses

"que entremos pelo campo de Montevideo, porque assim os de Buenos Aires, conscientes do que poderiam esperar, não receberiam a Artigas quando quissem unir-se a eles, nem teria m que desconfiar de nós e voltar-se contra nós, porque estaria m enterrados no negócio..."

Pueyrredón, como anota perfeitamente Piccirilli, estava de acordo com o Congresso de Tucumán e em enviar uma

"missão reservadíssima a o Brasil para que conseguisse o reconhecimento *da independência e, no caso de não conseguilo*, propusesse a coroação de um infante do Brasil para as Províncias, o u de outro qualquer infante estrangeiro, contanto que não fosse de Espanha, para que, unindo-se com algum a das infantas do Brasil, governasse este país baixo a Constituição que deverá apresentar ao Congresso".

Chamberlain, com respeito às intenções portuguesas, explicou com nitidez a lord Castlereagh desde o Rio de Janeiro, a 20 de julho de 1816:

"Este propósito, milord, é nada menos que apropriar-se de todas as províncias que constituíam o vice-reinado de Buenos Aires mediante um acordo secreto com as personalidades à frente do governo locais e anexá-las ao reino do Brasil como título de Império da América do Sul".

Manuel José García repetia constantemente a o encarregado de negócios da Espanha, Andrés Villalba, o arrependimento e desengano de muitos homens de Buenos Aires. Escrevi a num informe de 6 de março de 1815 que García

"nos deu uma idéia das mais lisongeiros do modo atual de pensar do seu e têm maior influência naquel e governo, e do verdadeiro estado daquelas províncias, e nos disse que de tão desenganados que e todo s desejava m de coraçã o unir-se e reconciliar-se e

com a Espanha e, que só pela desconfiança que tinha me d e não serem tratados com certa consideração, não havia mais a fazer cessar todas as desordens; já sabe me que não o podem subsistir por si só se que o apôido de qualquer potência estrangeira seria a tão o duro para eles com o ruinoso para a Espanha..."

O Congresso de Tucumán distraía o povo com projetos para o estabelecimento de uma monarquia independente, incluindo uma restauração dos incas. O comodoro Bowles informava a seu governo que esses projetos não eram sérios e só serviam para distrair a atenção pública dos seus reais desígnios, ou seja, a entrega a Portugal.

O encarregado de negócios espanhol, d. Andrés Villalba, respondeu a Manuel José García a 20 de julho de 1816: onze dias depois da proclamação da independência. Diz-lhe que havia recebido sua carta de 18 do corrente.

"E inferindo da pergunta que me é feita em sua carta, que as cansadas da Província da Rio da Prata dos horrosos males que sofrem desde o primeiro extravio do seu que por um erro de sua imaginação exaltada, as reduziram a este estado deplorável, e de que o desejo de que se restabeleça nela a tranquilidade e por meio do governo paterno do rei nosso senhor, é o que o move a dar esse passo, devo dizer que o mesmo augusto senhor está disposto a volver a admitir no seu reino da nação espanhola, com o as seus demais vassallos, aos habitantes da Província da Rio da Prata, esquecendo inteiramente tudo que nela se passou desde o ano de 1810..."

O rei assegurava a vida e a propriedade de todos os habitantes. O governo de Buenos Aires prepararia a opinião pública, imprimiria um manifesto explicando que, para evitar maiores desgraças, era necessário

"voltar ao domínio de Sua Magestade".

O governo continuaria mandando em caráter interino e em nome do rei. As coisas deviam voltar

"ao estado que tinha me em 1808, empunhando a bandeira espanhola, fazendo com que a imprensa usasse sempre de linguagem correspondentemente a este sentimento e que desaparecesse de pronto a escarapela e as armas e demais signos da revolução".

Logo, o governo poderia enviar deputados

"para implorar a vossa proteção da augusta rainha de Sua Magestade, a rainha a fidelíssima a o lado do rei nosso senhor, e para entender-se com esta Legação".

O general Joaquín de la Pezuela ocuparia, em seguida, a Buenos Aires e todas as províncias e trataria

"a seus habitantes de modo que o rei ficasse seguro de sua voluntária submissão".

Por último, o encarregado dos negócios espanhóis assegurava a Manuel José García que o rei queria que ele estivesse autorizado a recompensar as pessoas que

"tivessem tido o maior empenho em promover e estabelecer a submissão voluntária desta província à sua soberania".

Manuel José García vivia com o temor permanente de que os portugueses e espanhóis se aliassem para reconquistar Buenos Aires. Em um informe a Pueyrredón, datado do Rio de Janeiro em 27 de abril de 1817, diz que a Espanha podia transportar suas tropas a um ponto da costa argentina e que

"só a probabilidade de que tal suceda nos obrigaria a ter sempre um exército em Buenos Aires o qual debilitaria ou prolongará a operação no Perú cujo exército, se lhes dermos tempo, sem dúvida, será reforçado".

O desejo de chegar ao Perú, tão firme em Pueyrredón, era explorado por García para enche-lo de temores. No documento reproduzido por Piccirilli lemos o arrazoado que García fazia a Pueyrredón, para convence-lo:

"Se nos colocarmos a o lado do Brasil, sua respeitabilidade nos será de grande utilidade para acabar nossa contenda com a Espanha. Se nos declararmos seus inimigos será necessário preparar mais forças para ele e do que para os espanhóis, e mesmo que os obriguemos a abandonar o campo do lado Oriental não é provável que nos deixem o mar".

García foi sempre muito amigo das autoridades portuguesas. Não se sabe com exatidão o porquê e deste fato, na verdade é inexcusável.

Em outra carta de Garcí a a seu pai, datada do Rio de Janeiro a 25 de abril de 1817, dada a conhecer também por Piccirilli, lhe dava conta de que

"o cond e do s Arco s fe z coisa s muito boas : entr e outra s acaba d e enforca r se m cerimônia s a u m clérigo q u e vinh a co m Apostolado à Baí a co m milhare s d e carta s maçônica s d e Per - nambuco. Ist o assusto u a muito s padre s qu e s e acreditava m invulneráveis".

Esta é mais uma revelação da influência enorme que tinha a maçonaria naqueles tempos e lugares. E outra prova de que não faltavam clérigos na maçonaria; porém, esta comprovação não o deve fazer supor como acreditava um coronel improvisado e m historiador, que a Igreja e o Papa autorizava m ao s sacerdote s a usa r sobr e seu s hábito s a s insignias maçônicas.

O panorama político argentino foi visto com precisão pelo embaixador russo no Rio de Janeiro, Pedro Balk Poleff, chegado ao Brasil em maio de 1817. A 16 de julho desse ano escreveu um memorial para o Imperador Alexandre da Rússia que Ricardo Piccirilli imprimiu e que é preciso analisar para que não o se ignore e nada de com o er a vista e julgada a história da nossa independência.

O embaixador russo começa por recordar que em Buenos Aires era mal visto o ministério de Manuel Godoy, Príncipe da Paz. Não o fala de uma revolução no Rio da Prata, porém, na Espanha. Quando se realizou esta

"imortal revolução", "o s povo s d o Prata seguira m unanimemente o exemplo sublime de seus compatriotas, o nome de Fernando al ier a u m talismã irresistível. Tudo confundia-s e com ele: o sentimento generoso pela inocência oprimida, o ódio contra o favorito corrompido, a vingança contra o usurpador pérfido, finalmente, esse culto ao car ao s espanhóis, de amor e de lealdade para com seus reis; porém, através desse tropel de sentimentos e de idéias que inflamava m o s espíritos, se abriu a também a perspectiva de ver estabelecer-s e d e pronto a liberdade de comércio e de indústria, com participação igual ao s privilégios e direitos nacionais da Mã e Pátria".

Quando o autor, há muitos anos, sustento u pela primeira vez estas mesmas idéias, a reação dos historiadores tradicionalistas foi unânime e violenta. Combateram-no s po r expo r um a interpretação que não coincidia com o s esquema s oficiais de tempo s de ódio e ignorân-

cia. Mais tarde, quando multiplicamos as provas do que afirmávamos, se fez o silêncio e, lentamente, foram repetindo nossas conclusões sem nos mencionar. O conde Balk Poleff ouviu inúmeras testemunhas, foi informado com absoluta precisão, e expôs em síntese acertada, fatos concretos e verdadeiros que a investigação histórica moderna confirmam de modo mais amplo. É assim quando recorda a criação do Conselho de Regência em Cádiz, o Cabildo de 22 de maio, feito com

"autorização" do vice-rei, e a formação de "uma junta semelhante à de Espanha", "para governar em nome do rei e velar pela segurança do país". Expõe com os chefes, gené e de Godoy o u da Junta Central, chegaram a ser odiados porque proferiram oficialmente a idéia de seguir em tudo o destino da Espanha, ainda sob o jugo de Napoleão".

O conde russo alude à proclamação de Liniers, ao trabalho dos godoyistas argentinos, à oposição que surgiu imediatamente entre conselhistas e juntistas. A palavra revolução e, sobretudo, contra a Espanha, não aparece nem com exceção. É uma lenda criada tempos depois e que nosso eminente historiador se tem repetido com gosto durante século e meio. A oposição foi contra o conselho e contra os partidários de Napoleão. Por isso, foram condenados à morte os opositores, verdadeiros revolucionários, do interior, quer dizer, de Córdoba, e por isso a Regência de Cádiz declarou guerra ao governo de Buenos Aires.

"Apesar disto — continua o embaixador russo — o governo do Prata reconhece sempre a autoridade legítima do rei Fernando sem deixar escapar nenhum ocasião favorável para tratar de tomar e retomar as vias conciliatórias com a Mãe Pátria".

O conde recorda os armistícios com os espanhóis de Montevidéu e as delegações enviadas à Espanha cuja história tem sido bem estudada nestes últimos anos e que o autor expôs mais de uma vez. Foi a indiferença espanhola, o empenho de Fernando em manter-se no absolutismo, o que levou à declaração da independência. É esta a tese que temos defendido frente ao ceticismo de nossos ilustres colegas. Agora o embaixador russo, nos dá a mais ampla razão:

"O povo, assim reduzido ao desespero e convencido da impossibilidade de outro recurso que não o das armas declarou sua independência absoluta da Mãe Pátria a 9 de julho de 1816".

Por último, o embaixador Pedro Balk Poleff expôs o propósito argentino destes instantes : chamar um príncipe da casa real da Espanha

"para que venha a governar a comarca do Rio da Prata e do Chile de acordo com as leis constitucionais e com a garantia da potência da Europa" .

Note-se um detalhe, uma palavra, que tem mais importância que muitas páginas explicativas. O governo de Buenos Aires propunha um governo monárquico, com um príncipe espanhol, contanto que governasse com uma "Constituição", com "leis constitucionais". O ideal da Constituição é o motivo constante, a força ininterrompida, o propósito insuperado da política e da história dos liberais americanos. Nega esta esperança, este ideal fundamental de nossa história, de todas as nossas lutas, é ignorar totalmente o desenvolvimento de nosso passado. E opor-se ao seu cumprimento, como fez Rosas, é traiçoeiramente ignorar a alma, o fim da argentinidade.

O conde Balk Poleff nos faz saber outra verdade : o repúdio das idéias e princípios da Revolução francesa de 1789. Antigamente pensou-se em nossa pátria e em outros países americanos que a Revolução francesa tinha influido no nosso desenvolvimento histórico. Paul Croussac e Ricardo Leven reagiram contra essa crença. Era um homem de estudo, familiarizado com a documentação dos arquivos, e sabiam muito bem que jamais se sentiu tal influência em nossas origens independentes. O autor ampliou suas provas ao fundar sistematicamente o estudo da história das idéias políticas em nosso país — hoje tão vulgarizado e extenso —; porém, com o devido costume, a incredulidade e a oposição não deixaram de mostrar-se, em particular entre os historiadores de escassa cultura humanística. Agora, o conde russo Balk Poleff nos diz que, na Argentina, os corpos representativos

"não quisera publicar um a Constituição por temer **que** nela aparecesse o erro da Assembleia francesa e as idéias exageradas da Corte de Espanha... "

A antipatia pela Revolução francesa era, com o vemos, constante, inquebrantável.

O projeto de

"um príncipe da casa real da Espanha reinando sobre a família espanhola da América",

tão defendido pelo governo de Buenos Aires, era o mesmo que Carlos I V tinha tentado implantar e que havia defendido largamente Manuel Godoy, o Príncipe da Paz. Sua realização teria mantido unidos os governos da América e da Espanha. As guerras pela independência e da anarquia não se teriam produzido e a história desta parte do mundo teria sido, indubitavelmente, muito diferente; porém, a traição napoleônica mudou o destino do mundo ocidental e a intransigência, o estúpido absolutismo, e em que se manteve Fernando VII, sustentado por uma série de homens imprestáveis e servis, fez com o que a Espanha perdesse a América.

Ricardo Piccirilli enriquece a história argentina com outros pormenores preciosos e curiosos. Exibe a carta do encarregado de negócios inglês no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, datada de 15 de novembro de 1817, na qual fala de um tal Latapie, antigo tenente coronel do exército de Napoleão que tinha entrada na conspiração,

"não tanto por um sentimento de hostilidade e o um á vontade para com o rei de Portugal, mas, abrigando a esperança de estabelecer um porto independente ao sul da linha, de onde poderia posteriormente levar a cabo o comércio grande e facilidade e seu último e real desígnio, nada menos que a libertação do General Bona parte de Sant a Helena, dizendo que e todos os chefes franceses que serviram sob suas ordenas e tinha em id o para a América estava m decididos a fazê-lo, e que, primordialmente, e m dívida para com ele por tudo, que possuíam, nunca deixaria m d e considerá-lo como seu soberano..." Além disso, o projeto de libertar Napoleão seria levado a cabo o comércio a vapor".

Devemos recordar que Napoleão negou-se a utilizar navios a vapor para invadir a Inglaterra — feito que lhe teria significado domínio inquestionável no mundo — porque esta idéia lhe fora dada por um modesto engenheiro norte-americano chamado Robert Fulton.

A persistência na traição de Carlos Alvear é um fato que os historiadores argentino s têm preferido não aprofundar ou mencioná-lo de forma velada. Piccirilli dá outras provas que confirmam as divulgadas há anos por outros historiadores. É a carta do embaixador espanhol no Rio de Janeiro, o conde de Casa Florez, datada de 7 de maio de 1818. Refere-se, nela, ao excelentíssimo d. José García de León y Pizarro que e quando foi encarregado da Legação

"solicitou, nessa corte, falar com don a Joaquín a Camacho, a quem conheci a pelo motivo de um seu tio ter sido o amigo particular de meu pai",

Soube por ela que uma de suas filhas estava casada com Carlos de Alvear e desejava que protegesse a seu genro e à sua filha. Casa Florez prometeu o que pode e

"o resultado foi solicitar Alvear uma permissão para vir ver-me em minha casa, o que se verificou uma noite. Falamos de sua situação e dos antecedentes, que eu fora instruído por sua mãe, a qual me deram e que conservo em meu poder, uma cópia da representação que, com data de 25 de agosto de 1815, escreveu Alvear ao encarregado desta Legação, d. André de Villalba, solicitando o perdão de Sua Magestade e poder voltar à Península, cujo original e demais antecedentes sobre a matéria devem existir no arquivo dessa primeira Secretaria de Estado".

Casa Florez aconselhou-a a apresentar a oreição uma segunda súplica e que,

"para conseguir a piedade do rei nosso senhor e a precisão que suas palavras fossem acompanhadas de fatos".

Alvear retorquiu que se suas palavras tivessem sido ditas em outra época

"teriam surtido bom resultado, porque com as vantagens conseguidas por San Martín no Chile os de Buenos Aires estavam com a disposição de não ouvir nada. Dissesse com sinceridade, pois, efetivamente era assim".

O conde de Casa Florez, natural de Buenos Aires e embaixador espanhol, lamentava, junto com o outro crioulo, Alvear, os triunfos de San Martín no Chile que mudaram os ideais dos políticos de Buenos Aires, e em outros tempos capazes de qualquer coisa. Alvear terminou por não apresentar a segunda súplica. Mandou sua mulher a Buenos Aires, receber uma herança,

"e posteriormente se fez nesta corte o apóstolo do revolucionários, e me acompanhou e um tal Lezica, irmã do o que está em Buenos Aires".

A razão desta mudança era simples: Alvear advertiu que o perigo de um domínio espanhol na América, momentaneamente, havia passado e, além do mais, se apresentava a possibilidade de tornar a subir na política. Diz o conde de Casa Florez:

"O objecto de sua viagem era colocar-se à testa de um partido de quem devia ficar abaixo do de Pueyrredón".

Entretanto, no horizonte levantava-se a ameaça da expedição espanhola. Piccirilli transcreve um parágrafo da carta de Manuel José García a Felipe Arana, datada de 8 de janeiro de 1819, na qual diz:

"O estado da Espanha está horrível; no meio da miséria e da ruína seus divisões e divisões de um jovem monarca desalentado e furioso, maltratando e destruindo tudo quanto tem à mão e em acessos frequentes de raiva e desespero. Resolveu enviar contra o Rio da Prata uma formidável expedição: cinquenta são os navios de guerra destinados a esta grande armada. O infatigável animoso Cisneros não pisará Madri, sinão levando a o seu rei a nova de já haver saído a grande esquadra de cuja equipagem está encarregado ..."

Os esforços dos diplomatas argentinos na Europa foram vão. O clérigo José Valentin Gómez, tão vinculado aos maçons, fracassou totalmente em Paris. Só os trabalhos secretos da maçonaria argentina e espanhola, com os emissários de Pueyrredón, Lezica e Arguibel em Gibraltar e Cádiz, lograram êxito incomparável. Ao mesmo tempo, os caudilhos derrubaram o Congresso que tinha desterrado dias antes a Pueyrredón e a Tagle, e Manuel de Serrates, que propusera com tanta insistência a criação de uma grande monarquia no Sul do continente americano, acusou a seus antigos amigos de alta traição, a 14 de março de 1820, por terem sustentado na Europa os seus mesmos ideais monárquicos. As traições se acumularam e os traidores rebuscavam no caos à procura de uma salvação: era um caos de onde sairia a luz separada por Deus das trevas (*Génesis*, I, 3 e 4).